

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A TNT - Tropical Novos Talentos Participações S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade por Ações de Capital Fechado, constituída em 23 de fevereiro de 2012, tendo sede e foro no município de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso. São seus objetivos sociais, fundamentalmente:

- (a) Participação como sócia ou acionista no capital social de outras sociedades.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos

contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

(iii) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos, passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 14** - Instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas políticas contábeis materiais

A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

7 Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia, as quais estão listadas abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário (veja nota explicativa 5):

a. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo

histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Rendimentos sobre aplicações financeiras;
- Juros ativos recebidos e provisões de juros;
- Juros passivos pagos e provisões de juros;
- Amortização ajuste ao valor presente;
- Outros receitas e despesas; e
- Variação cambial ativa e passiva.

A receita e as despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes e outros recebíveis e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de

caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. *Capital social*

(i) *Ações*

As ações do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

f. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o

reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações; ou
- O Ativo Financeiro estiver reconhecido a mais de 365 dias.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 365 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 365 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu

uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo

padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Banco conta movimento	17	-
Aplicações financeiras	12	42
Total	29	42

Os saldos mantidos em conta movimento estão livres de ônus ou garantias, com disponibilidade imediata podendo ser prontamente convertidos em montante conhecido como caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósitos bancários com remuneração média anual atrelada ao CDI de 14,32% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,88% a.a. em 31 de dezembro de 2024) e com previsibilidade de resgate imediato.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão divulgados na nota explicativa 14.

10 Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R\$ 131 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (ganho de R\$ 2.696 em 31 de dezembro de 2024) de equivalência patrimonial.

Composição e movimentação dos investimentos

	2025	2024
	TMG - Tropical Melhoramento e Genética S.A.	TMG - Tropical Melhoramento e Genética S.A.
Informações sobre a investida		
Quantidade de ações possuídas	50.000	50.000
Percentual de participação	5%	5%
Capital social integralizado em 31 de dezembro	197.402	197.402
Resultado do exercício	2.612	53.925
Dividendos distribuídos	(29.620)	(12.807)
Reservas de lucro	95.948	122.957
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	293.350	320.359
Movimentação do investimento		
Saldo no início do exercício	16.018	13.962
Resultado de equivalência patrimonial	131	2.696
Distribuição de dividendos	(1.481)	(640)
Saldo no final do exercício	14.668	16.018
TMG - Tropical Melhoramento e Genética S.A. Quotas Siciredi	14.668 20	16.018 17
Saldo de Investimentos	14.688	16.035

Dados sobre a participação

TMG – Tropical Melhoramento e Genética S.A.	Participação	Quantidade de ações	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Recitas	Custos e despesas	Lucro líquido do exercício	Equivalência patrimonial
31 de dezembro de 2025	5%	50.000	322.730	148.106	470.836	167.217	10.270	177.487	293.350	359.209	(264.512)	2.612	131
31 de dezembro de 2024	5%	50.000	329.156	137.931	467.087	132.870	13.859	146.729	320.359	377.989	(324.064)	53.925	2.696

11 Provisão para contingências

A Companhia, baseado na opinião de seus consultores jurídicos externos e no seu histórico, avalia remota de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, ambientais, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

A Companhia considera não existir riscos classificados como provável e, desta forma, não constituiu provisão em 31 de dezembro de 2025 (não existiu riscos em 2024).

Contingências passivas não provisionadas

O montante das contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras decorrentes de processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível é inexistente em 31 de dezembro de 2025 (inexistente em 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

12 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito no valor de R\$ 1.200 (R\$ 1.200 em 2024) está representado por 1.200.000 ações ordinárias (1.200.000 em 2024), nominativas, sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 1,00 (um real) as quais foram integralmente subscritas e integralizadas.

A composição do capital social é conforme a seguir.

	2025		2024	
	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade
Unisoja S.A.	41%	490.000	59%	710.000
Acionistas minoritários	59%	710.000	41%	490.000
Total Geral	100%	<u>1.200.000</u>	100%	<u>1.200.000</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

c. Dividendos obrigatórios

De acordo com o Art. 27 do Estatuto Social da Companhia e Art. 202 da Lei 6.404/76 é computado 20% (vinte por cento) do lucro líquido de cada exercício, após constituição das reservas, inclusive a reserva de incentivos fiscais, como dividendos obrigatórios.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	140	2.757
(-) Reserva legal de 5%	-	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimo obrigatório	<u>140</u>	<u>2.757</u>

Percentual de dividendo mínimo obrigatório	20%	20%
Dividendos mínimos obrigatórios a distribuir	<u>28</u>	<u>551</u>

A movimentação dos dividendos obrigatórios é demonstrada como segue:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	551	365
Dividendos propostos	28	551
Dividendos propostos (i)	1.500	-
Dividendos adicionais deliberado em assembléia	89	516
Dividendos pagos	<u>(640)</u>	<u>(881)</u>
	<u>1.528</u>	<u>551</u>

- (i) Em 29 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deliberaram pela constituição de provisão para pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 1.500 mil, com fundamento nas reservas de lucros apurados até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A deliberação teve como objetivo possibilitar à Companhia usufruir do benefício fiscal de redução de 10% na retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre dividendos pagos, conforme disposto na Lei nº 15.270/2025, observados todos os requisitos e condições estabelecidos na referida norma.

Nos termos da legislação aplicável e da deliberação societária, o pagamento dos dividendos adicionais deverá ocorrer até 30 de dezembro de 2028, conforme prazo máximo permitido para manutenção do benefício fiscal.

d. Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe para reserva de retenção de lucros o saldo de lucros acumulados, se houver, que será deliberado pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária, quando da aprovação das demonstrações financeiras.

13 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2025	2024
Total do passivo	1.529	554
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(29)</u>	<u>(42)</u>
(=) Passivo líquido (A)	<u>(1.500)</u>	<u>(512)</u>
Total do patrimônio líquido (B)	15.158	16.635
Relação do passivo líquido pelo patrimônio (A/B)	0	0,30

14 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é

uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Hierarquia de valor justo	Categoria dos instrumentos financeiros	2025	2024
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	9	2	Custo amortizado	12	42
Banco conta movimento	9	-	Custo amortizado	17	-
Outros créditos	-	-	Custo amortizado	466	447
Passivos financeiros					
Outras contas a pagar	-	-	Custo amortizado	-	-

b. Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2025.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos entendem os seus papéis e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente das

aplicações financeiras e instrumentos derivativos realizados junto às instituições financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas tradicionais no mercado.

Quando da aplicação inicial do CPC 48, a Companhia não há provisão para redução ao valor recuperável a ser constituídas em 31 de dezembro de 2025.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	9	29	42
Outros créditos	-	466	447
Total		495	490

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	Nota	2025	2024
Outras contas a pagar	-	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iii) Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de variação cambial e risco de preços dos produtos e insumos. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar, empréstimos a pagar, instrumentos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos.

Risco cambial

O risco de variação cambial está ligado ao risco de mercado e decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio que possam gerar prejuízos, levando a uma redução dos valores

dos ativos ou aumento dos valores das obrigações.

A exposição da Companhia está substancialmente atrelada ao dólar americano (USD), cotado em 31 de dezembro de 2025 em R\$ 5,5018 (compra) e R\$ 5,5024 (venda).

	Nota	2025	2024
Ativos financeiros			
Outros recebíveis - Mercado externo	-	-	-

Análise de sensibilidade de câmbio

A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e dois que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

O cenário provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravamento do risco em 25% e 50%, respectivamente.

Cenários

Instrumentos financeiros	Provável R\$ mil	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
Ativos					
Outros recebíveis - Mercado externo	-	-	-	-	-

Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações indexadas à variação do CDI expondo esses ativos às flutuações das taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo.

	Nota	2025	2024
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras - Caixa e equivalentes de caixa	9	29	42

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos recebíveis, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Provável		Variação do índice em 50%

				<u>Variação do índice em 25%</u>				
	Exposição em 2025	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos								
Ativos financeiros	29	CDI (i)	14,32	4	17,90	5	21,48	6
Aplicações financeiras - Caixa e equivalentes de caixa	29			4		5		6

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

				<u>Cenário 1</u>		<u>Cenário 2</u>		<u>Cenário 3</u>	
				<u>Provável</u>		<u>Variação do índice em 25%</u>		<u>Variação do índice em 50%</u>	
	Exposição em 2025	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor	Valor
Instrumentos									
Ativos financeiros	29	CDI (i)	14,32	4	10,74	3	7,16	2	
Aplicações financeiras - Caixa e equivalentes de caixa	29			4		3		2	

(i) Fonte: CDI: Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN, na data-base do último dia útil de dezembro de 2024.

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

15 Financeiras líquidas

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4	60
Juros ativos	4	12
Outras receitas financeiras	18	25
	<u>26</u>	<u>98</u>
Despesas financeiras		
Impostos	-	(1)
Outras despesas financeiras	-	(1)

	-	(2)
Resultado financeiro líquido	26	95

16 Imposto de renda e contribuições social - Corrente

Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Lucro antes do imposto do IRPJ e CSLL	147	2.781
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(131)	(2.696)
(-) Resultado não tributável	-	(16)
Base de cálculo (*)	16	69
Alíquota fiscal	34%	34%
IRPJ e CSLL do exercício	(6)	(23)
Alíquota efetiva	-4,08%	-0,83%

- (*) A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social são presumidas e calculadas a razão de 32% sobre as receitas operacionais auferidas e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

* * *

Diretor Presidente
Francisco José Soares Neto

Diretor de Operações e Controle
Gustavo Gagliardi Basso

Contador
André Pessi Aderaldo
CRC-PR 067.760/O-6